

8. CPE.16.22. DMOSM_ “EU JÁ PASSO AQUI – Requalificação da Av. da Liberdade”: Resposta ao pedido de reposição do equilíbrio financeiro.

Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, da empreitada identificada em epígrafe, a aprovação da indemnização pela prorrogação de prazo de 15 dias, relativa à manutenção do estaleiro e de todos os trabalhos considerados acessórios à execução dos trabalhos, no valor de 14.181,00€ + IVA, com vista à reposição do equilíbrio financeiro do contrato, nos termos do artigo 354º do CCP, de acordo com a análise constante da informação técnica do gestor do contrato, que se anexa e faz parte integrante desta proposta.

PROPOSTA PARA REUNIÃO DE CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA

N.º Informação: 51934

Data: 23/05/2024

Deliberações	
Deliberação da Câmara Municipal	Deliberação da Assembleia Municipal:

Despachos	
O(a) Vereador(a)	O Presidente, à reunião de Câmara,
Despacho do(a) Sr(a). Vereador(a), com competência delegada por Despacho do Sr. Presidente de 18 de outubro de 2021,	O(a) Vice-Presidente, à reunião de Câmara, (Na qualidade dos termos do nº3 do artigo 57 da Lei nº169/99 de 18 de setembro)

O(a) Diretor de Departamento	O(a) Diretor(a) Municipal
-------------------------------------	----------------------------------

O(a) Chefe Unidade	O(a) Chefe Divisão
---------------------------	---------------------------

Assunto: CPE.16.22. DMOSM_ “EU JÁ PASSO AQUI – REQUALIFICAÇÃO DA AV. DA LIBERDADE”: Resposta ao pedido de reposição do equilíbrio financeiro

PROPOSTA: Relativamente à empreitada em assunto, propõe-se **a aprovação**, pela Câmara Municipal, da indemnização pela prorrogação de prazo de 15 dias, relativa à manutenção do estaleiro e de todos os trabalhos considerados acessórios à execução dos trabalhos, no valor de **14.181,00€ + IVA**, com vista à reposição do equilíbrio financeiro do contrato, nos termos do artigo 354º do CCP, de acordo com a análise constante da informação técnica do gestor do contrato, que se anexa e faz parte integrante desta proposta.

A Chefe de Divisão

Anexos:

- 1. Informação técnica;**
- 2. Pedido de reposição do equilíbrio financeiro**

Processo Obra: 2023/300.10.001/179

Requerente: DOMINGOS DA SILVA TEIXEIRA, S.A.

Empreitada: CPE.16.22. DMOSM_“EU JÁ PASSO AQUI – REQUALIFICAÇÃO DA AV. DA LIBERDADE”

Prazo: 250 + 31 dias

Consignação: 10/05/2023

Aprovação P.S.S.: 04/05/2023

Informação: 03 de 23/05/2024

Assunto: Resposta ao Pedido de Reposição do Equilíbrio Financeiro - “CPE.16.22. DMOSM_“Eu Já Passo Aqui – Requalificação da Avenida da Liberdade | Reposição do Equilíbrio Financeiro da Empreitada”; ref.ª 812.H3-0058/TB/24

Registo de entrada do pedido: 26.959 de 19/04/2024

Informação:

No cumprimento de despacho superior, para analisar e informar o pedido de reposição do equilíbrio financeiro, da empreitada em assunto, e que a entidade executante, apresentou através do doc. de entrada n.º 26.959 de 19/04/2024, sou a informar o seguinte:

1. Para a empreitada em assunto, a **Entidade Executante** (EE), veio solicitar o pagamento do valor de manutenção de estaleiro no valor de 29.307,40€ por considerarem que os factos que levaram à prorrogação do prazo da empreitada não são da sua responsabilidade.

- a) Atraso na consignação da empreitada que projetou a fase das pavimentações para uma altura do ano desfavorável:

“...

Relembramos V.Exas. que a partir da assinatura do contrato, a DST demonstrou total disponibilidade para dar início à empreitada, no entanto, a data de assinatura da consignação foi sendo sistematicamente protelada, por motivos aos quais somos alheios. Este facto, levou a que a fase crítica das pavimentações da empreitada em questão, passasse a ter que ser executada num período do ano, em que as condições climáticas são desfavoráveis ou até mesmo impeditivas,

com baixas temperaturas e precipitação elevada. Esta situação levou a que, mesmo tendo as equipas e equipamentos presentes em obra, muitas das vezes, não foi possível realizar qualquer tipo de trabalhos. “

- b) Existência de infraestruturas mal cadastradas e/ou desconhecidas que provocaram constrangimentos na progressão dos trabalhos:

“Para além de todos os problemas causados pelas condições climáticas desfavoráveis, relembramos também a dificuldade, que foi uma constante ao longo da empreitada, de realizar abertura de valas para instalação de novas infraestruturas ao longo de toda a Avenida.

A existência de infraestruturas enterradas mal cadastradas ou mesmo desconhecidas, foi uma constante, que levou a um considerável sub-rendimento na progressão de quase todos os trabalhos que implicassem escavações. Desde o início da empreitada e praticamente até à sua conclusão, como V.Exas. bem sabem, tivemos uma enorme dificuldade em planear e definir áreas de abertura de vala, uma vez que os cadastros fornecidos pelas diversas entidades, se verificaram ser muito pouco fidedignos. Este facto foi transversal às infraestruturas de telecomunicações, redes elétricas, abastecimento de água, águas pluviais e residuais.

Em virtude deste facto, para além de todos os trabalhos de reparação que nos vimos obrigados a executar, estas tarefas implicaram ainda perdas significativas de tempo, ao longo de todo o período de desenvolvimento dos trabalhos da empreitada. “

O pedido de indemnização refere-se às despesas relacionadas com a manutenção do estaleiro durante o prazo de 31 dias e aos trabalhos incluídos no artigo 1.1.2 – Manutenção do estaleiro - da lista de preços unitários, com um valor contratual unitário de 236.350,26€. Considerando que o prazo contratual são 250 dias, o valor diário para manutenção de estaleiro calculado é de 945,40€/dia ($236.350,26€ / 250 \text{ dias} = 945,40€/dia$)

“Assim sendo, tendo em conta que nenhum dos factos acima descritos é da responsabilidade da DST, vimos pelo presente requerer o pagamento do valor de manutenção de estaleiro relativo aos dias de prorrogação de prazo concedida no valor total de 29.307,40€ (945,40€ por cada dia dos 31 de prorrogação) de forma a repor o equilíbrio financeiro desta empreitada...”

2. Análise da pretensão:

Analizada a pretensão da empresa DOMINGOS DA SILVA TEIXEIRA, S.A., cumpre-me informar o seguinte:

A reposição do equilíbrio financeiro do contrato, tratado de forma ampla e abrangente no artigo 282.º do Código dos Contratos Públicos, mas de forma particular para as empreitadas de obras públicas no artigo 354.º, é um instituto destinado a assegurar ao cocontratante particular o respeito da equação económico-financeira subjacente à base contratual, sempre que a mesma tenha sido desequilibrada.

A empresa considera que por força da prorrogação de prazo devidamente fundamentada e aprovada, os pressupostos inicialmente outorgados foram alterados pondo em causa a equação económico-financeira subjacente.

Com um prazo contratual de 250 dias, este foi prorrogado por 31 dias, na altura com base nas condições climatéricas adversas que impediram a progressão dos trabalhos de pavimentação, conforme consta na informação técnica da prorrogação concedida.

Neste pedido de reposição, para além de alegarem que a fase de pavimentações, por razões que não são da sua responsabilidade, passou para um período teoricamente mais desfavorável (o que se viria a confirmar na prática) referem a dificuldade na realização de abertura de valas que foi uma constante ao longo de toda a empreitada devido à existência de infraestruturas mal cadastradas ou mesmo desconhecidas.

O valor da indemnização a pagar, para reposição do equilíbrio financeiro correspondente aos 31 dias de prorrogação, no caso de serem pagos na íntegra, seria de **29.307,40€** (31 dias x 945,40€/dia).

No entanto, perante o exposto, sou de parecer que o pedido de reposição do equilíbrio financeiro, pelos motivos apontados pela Entidade Executante, apenas terá fundamento em certa medida tendo em conta que, tal como consta na informação técnica da prorrogação de prazo, o facto das condições atmosféricas não terem permitido o desenvolvimento de muitos trabalhos não é responsabilidade do Dono da Obra, não se podendo enquadrar assim no n.º 1 do Art. 354.º do CCP.

Não obstante não concordar com o primeiro motivo (a) apontado para o pedido deste reequilíbrio, a responsabilidade pelo facto dos trabalhos de escavação em abertura de valas ter sido sobejamente dificultado (na sua normal progressão) pelo facto de ao longo da empreitada haver inúmeras infraestruturas mal cadastradas (ou até mesmo desconhecidas) já é entendível como sendo a introdução de uma dificuldade adicional na execução dos trabalhos e, portanto, passível de enquadramento nesse mesmo n.º 1 do Art. 354º.

Não sendo possível determinar com exatidão, tendo em conta o desenvolvimento contínuo dos trabalhos, o número de dias de dificuldade de progressão de trabalhos causado por esse facto, e consequentemente do sobrecusto para a sua execução que a Entidade Executante suportou, sou de parecer que se deva considerar um valor de 15 dias de manutenção de estaleiro para repor o equilíbrio financeiro destas atividades.

3. Assim sendo, e apenas pelo motivo apontado em b), propõe-se a aprovação, pela Câmara Municipal, do valor de **14.181,00€** (15 dias x 945,40€/dia) acrescido do IVA à taxa legal em vigor, a título de indemnização, com vista à reposição do equilíbrio financeiro, para o que deverá ser previamente emitido o respetivo cabimento/compromisso.

À consideração superior.

O gestor do contrato